GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

BOLETIM DE CONJUNTURA
DO RIO GRANDE DO SUL

V. 7 N. 4

dee.rs.gov.br

Janeiro de 2026

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Governador: Eduardo Leite
Vice-Governador: Gabriel Vieira de Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
Secretária: Danielle Calazans
Secretário Adjunto: Bruno Silveira
Subsecretária de Planejamento: Carolina Mór Scarparo

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Diretor: Tomás Pinheiro Fiori
Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL

V. 7 N. 4, janeiro 2026

Porto Alegre, RS

Bol. Conj. RS	Porto Alegre	v. 7	n. 4	p. 1-23	jan. 2026

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

https://dee.rs.gov.br/boletim-conjuntura

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)
Av. Borges de Medeiros, 1501 - 20.° andar
Porto Alegre - RS - 90119-900
Fone: (51) 3288-1196
E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br
Homepage: https://dee.rs.gov.br/inicial

Diretor: Tomás Pinheiro Fiori
Chefe da Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari
Equipe técnica: Bruno Paim, Liderau dos Santos Marques Junior, Luciane Franke e Martinho Roberto Lazzari
Revisão de língua portuguesa: Susana Kerschner
Projeto gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

É permitida a reprodução desta publicação e dos dados nela contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de conjuntura do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Condições econômicas. 2. Economia Internacional. 3. Economia – Brasil. 4. Economia – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 338.1

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

Publicação periódica trimestral que apresenta uma análise detalhada do desempenho da economia gaúcha no contexto dos mercados nacional e internacional.

Sumário

Sumário executivo 4

1 Cenário externo 5

2 Cenário interno — Brasil 8

2.1 Atividade econômica 8
2.2 Mercado de trabalho 10
2.3 Inflação, juros e contas públicas 10
2.4 Expectativas de inflação e crescimento 12

3 Cenário interno — RS 13

3.1 Atividade econômica 13
3.2 Setor externo 16
3.3 Mercado de trabalho 17
3.4 Arrecadação de ICMS 18
3.5 Perspectivas 19

Principais indicadores mensais 20

Referências 21

SUMÁRIO EXECUTIVO

Na economia mundial, o ano de 2025 foi marcado pela incerteza decorrente das disputas tarifárias no comércio exterior. Apesar de os efeitos dessas medidas sobre a expansão da economia global terem sido menos intensos do que o inicialmente esperado, o grau de incerteza internacional permaneceu elevado ao longo do ano. No terceiro trimestre de 2025, houve aceleração do crescimento nos Estados Unidos, na Área do Euro, na China e na Argentina. A projeção de expansão da economia mundial para 2025 é de 3,3%, estável em relação aos 3,3% registrados em 2024. Para 2026, estima-se uma taxa idêntica, refletindo uma expectativa de estabilidade e resiliência da economia mundial pelos organismos internacionais, mesmo considerando os impactos defasados da política tarifária sobre os níveis de preços nas economias avançadas e suas implicações para a condução da política monetária nesses países.

A economia brasileira registrou crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre, porém em ritmo menos acelerado do que no primeiro e no segundo trimestre de 2025. Pela ótica da demanda, destacaram-se as exportações. A inflação encerrou 2025 pouco abaixo do limite superior da meta, em 4,26%, enquanto a taxa básica de juros encerrou em 15% a.a., patamar vigente desde junho. Nesse contexto, as projeções para 2026 indicam inflação abaixo do teto da meta e continuidade da expansão da atividade econômica, ainda que em ritmo inferior ao esperado para 2025.

No Rio Grande do Sul, com a dissipação dos efeitos da estiagem, o PIB do terceiro trimestre de 2025 cresceu 4,5% na margem e 2,5% na comparação interanual. A expansão foi impulsionada, principalmente, pela agropecuária e pela indústria, enquanto os serviços cresceram abaixo da taxa agregada. Nos dados mensais, no trimestre móvel encerrado em novembro, na comparação com os três meses anteriores, houve avanços na indústria, no comércio e nos serviços

Na agricultura, o comportamento dos preços pagos pelos principais grãos do estado permaneceu desfavorável nos últimos meses do ano. Em comparação ao trimestre anterior, registrou-se queda nos preços do arroz e do trigo, enquanto soja e milho apresentaram estabilidade.

As exportações gaúchas totalizaram US$ 6,063 bilhões no quarto trimestre de 2025, representando redução de 7,7% em relação ao mesmo período de 2024. Destacaram-se as quedas nos valores dos embarques para os Estados Unidos, em decorrência dos impactos das tarifas, e para a China, em função da menor oferta de soja. No acumulado do ano, as exportações somaram US$ 21,515 bilhões, representando retração de 1,9%, associada à diminuição das vendas de produtos agrícolas.

No mercado de trabalho, os principais indicadores passaram a sinalizar acomodação ao longo dos últimos meses. Embora a taxa de desocupação, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), tenha atingido o menor nível da série iniciada em 2012, a redução em relação ao mesmo período de 2024 decorreu, em grande medida, da saída de pessoas da força de trabalho e não da expansão do número de ocupados. Movimento semelhante, de desaceleração, foi observado nos indicadores de renda. No mercado formal, conforme dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), o Rio Grande do Sul registrou a criação de 8.675 postos de trabalho no trimestre de setembro a novembro. Esse desempenho foi superior ao observado nos três meses anteriores, mas ficou bem abaixo do registrado no mesmo período de 2024.

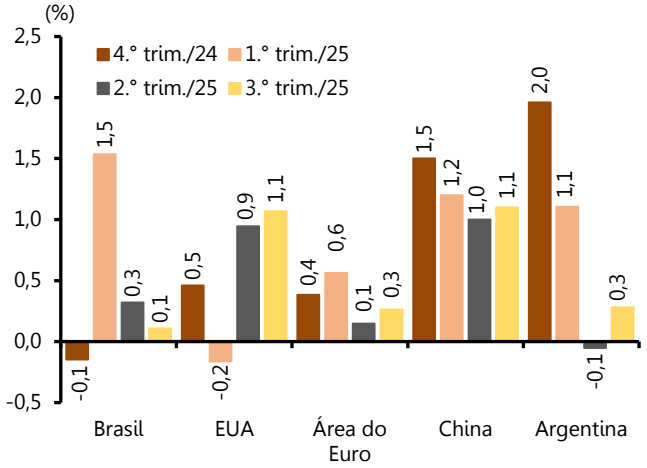
A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apresentou leve retração de 0,2% no quarto trimestre de 2025, em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, a receita com o imposto atingiu R$ 54,582 bilhões a preços de dezembro de 2025, correspondendo a um aumento de R$ 548 milhões em termos absolutos e de 1% em termos relativos, na comparação com 2024. Esse incremento da arrecadação só foi possível pela entrada de recursos vinculados ao programa Refaz Reconstrução, voltado à negociação de tributos em atraso.

Para 2026, as perspectivas para a economia gaúcha indicam crescimento do PIB superior ao observado em 2025, sustentado, sobretudo, pela esperada recuperação da agropecuária. Mesmo com a ocorrência do fenômeno La Niña, projeta-se uma forte recuperação da safra de verão, especialmente da soja, cuja produção foi severamente afetada pela estiagem em 2025. Historicamente, a recuperação da atividade agropecuária após períodos de estiagem tende a impulsionar o crescimento estadual acima da média nacional. Por outro lado, a indústria e os serviços devem enfrentar desafios relevantes, associados à desaceleração da economia brasileira e à manutenção de elevada incerteza macroeconômica e geopolítica no cenário internacional.

1 CENÁRIO EXTERNO

O terceiro trimestre de 2025 registrou aceleração, na margem (em relação ao trimestre imediatamente anterior), do Produto Interno Bruto (PIB), em todos os países acompanhados, exceto no Brasil (**Gráfico 1.1**).

Gráfico 1.1 - Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) trimestral de economias selecionadas — 4.° trim./2024-3.° trim./2025



Fonte: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2026).
Nota: Taxas em relação ao trimestre anterior. Séries com ajuste sazonal.

O avanço de 1,1% no PIB do terceiro trimestre dos Estados Unidos refletiu o aumento do consumo privado e dos gastos do governo, principalmente em defesa. Também contribuíram positivamente o aumento das exportações e uma nova queda das importações, embora em magnitude inferior à observada no trimestre anterior (BEA, 2025). O investimento, por sua vez, apresentou pequena queda, com uma nova redução dos estoques anulando a continuidade da expansão dos investimentos relacionados à inteligência artificial (equipamentos de processamento de informática e *software*) (Federal Reserve Bank of St. Louis, 2025). O enfraquecimento do mercado de trabalho, com elevação da taxa de desemprego e redução da massa salarial, indica que o consumo privado não deve seguir crescendo no ritmo observado recentemente. No quarto trimestre, é possível que se observem repercussões da maior paralisação da história do governo federal
(*shutdown*), visto que, ao longo dos 43 dias iniciados em 1.° de outubro, a maioria dos servidores federais não recebeu pagamentos. Ademais, a inflação parece não ter acelerado demasiadamente, embora a divulgação dos dados mais recentes tenha sido prejudicada pela paralisação (OECD, 2025).

Na Área do Euro, houve avanço de 0,3% no terceiro trimestre, completando dois anos seguidos de elevação. Todos os componentes contribuíram para o aumento do PIB, exceto as exportações líquidas. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) contribuiu com 0,2 ponto percentual (p.p.), após queda observada no trimestre anterior. Entre as principais economias da região, ordenadas por participação no PIB, o crescimento do terceiro trimestre, em relação ao imediatamente anterior (com ajuste sazonal), foi de 0,5% na França, 0,1% na Itália, 0,6% na Espanha e 0,4% na Holanda (OECD, 2026). A Alemanha, maior economia do bloco, apresentou estabilidade. Dos 20 países que compõem o grupo, apenas Finlândia e Irlanda apresentaram variação negativa (Eurostat, 2025).

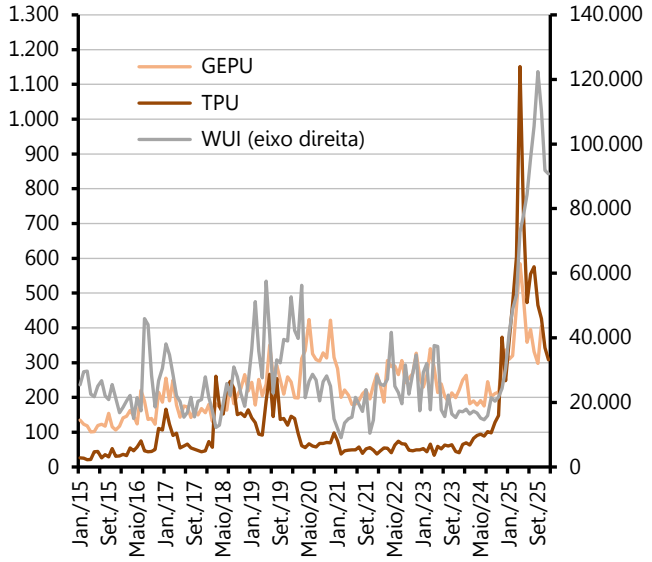
A China apresentou aumento de 1,1% no terceiro trimestre de 2025, mantendo estabilidade no crescimento. No primeiro trimestre, o país apresentou uma elevação das exportações devido à iniciativa das empresas compradoras de formar estoques para se proteger do esperado aumento de tarifas. No segundo trimestre, a guerra tarifária refletiu-se na contribuição negativa do comércio externo sobre a atividade econômica chinesa, embora mais do que compensada pela contribuição positiva dos investimentos e dos consumos privado e público. No terceiro trimestre, já se percebeu uma queda das vendas de eletrônicos, com a perda do efeito do programa que incentivava troca de produtos usados por novos. Quanto aos efeitos da disputa tarifária, o déficit comercial em bens e serviços dos EUA com a China, considerando o ajuste sazonal, manteve a queda já observada no segundo trimestre, saindo de uma média trimestral de cerca de U$ 65 bilhões em 2024 para cerca de U$ 35 bilhões no segundo e no terceiro trimestre de 2025 (BEA, 2026).

A Argentina voltou a apresentar crescimento do PIB na margem, crescendo 0,3% no terceiro trimestre. Os consumos público e privado contribuíram positivamente, bem como as exportações líquidas. Por outro lado, a FBCF caiu 6% entre os dois últimos trimestres, considerando a série com ajuste sazonal, embora permaneça positiva quando observada a variação anual (INDEC, 2025a). A utilização da capacidade instalada da indústria manufatureira do país apresentou elevação no trimestre, alcançando 61% em outubro, embora ainda abaixo dos 66,5% observados em 2022 (INDEC, 2025b).

Após atingirem seu pico no mês de abril de 2025, ocorreu redução nos índices que captam a incerteza na economia mundial, embora esses ainda se mantenham

acima do observado nos anos recentes (**Gráfico 1.2**). O índice de incerteza mais amplo (WUI) apresentou elevação posterior e, mesmo após redução nas últimas duas observações referentes a novembro e dezembro, permanece em nível 4,5 vezes superior à média de 2024. Ressalta-se que não apenas riscos econômicos são capturados pelo indicador, mas também outras fontes de instabilidade.

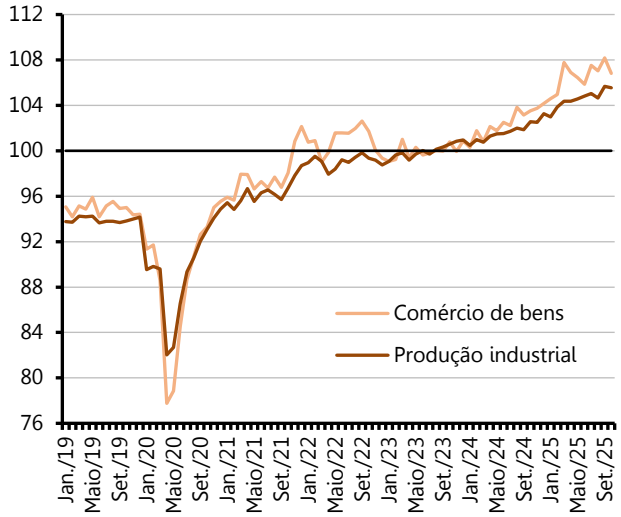
Gráfico 1.2 - Índices de incerteza mundial (WUI), de política comercial (TPU) e de política econômica (GEPU) — jan./2015-dez./2025



Fonte: Ahir, Bloom e Furceri (2022).
Davis (2016).
Caldara *et al.* (2020).
Nota: O *world uncertainty index* (WUI) leva em consideração a frequência de termos relativos à incerteza em relatórios econômicos de 143 países. O *global economic policy uncertainty* (GEPU) reflete a frequência de artigos de jornais que contêm um trio de termos relativos à "economia", à "política" e à "incerteza" e é uma média ponderada pelo Produto Interno Bruto (PIB) de 21 economias que representam cerca de 71% do PIB global em paridade de poder de compra (PPP) e cerca de 80% em taxas de câmbio. Já o *trade policy uncertainty* (TPU) é calculado pela contagem da frequência mensal de artigos que discutem a incerteza da política comercial (como uma parcela do número total de artigos de notícias) em sete jornais. O índice é dimensionado de forma que 100 indique que 1% das novas notícias contêm referência ao indicador.

Ao longo do primeiro trimestre de 2025, observou-se um aumento da distância entre os índices de comércio de bens e de produção industrial, devido ao efeito inicial de adiantamento das compras como forma de se proteger da expectativa de aumento das tarifas (**Gráfico 1.3**). Passado esse período inicial, recentemente houve uma aproximação entre os índices, seguindo tendência comum a partir de então, embora com o comércio conservando a característica de maior volatilidade. A expectativa, inicialmente, era de uma correção mais forte no comércio internacional, algo que, até o momento, não se concretizou.

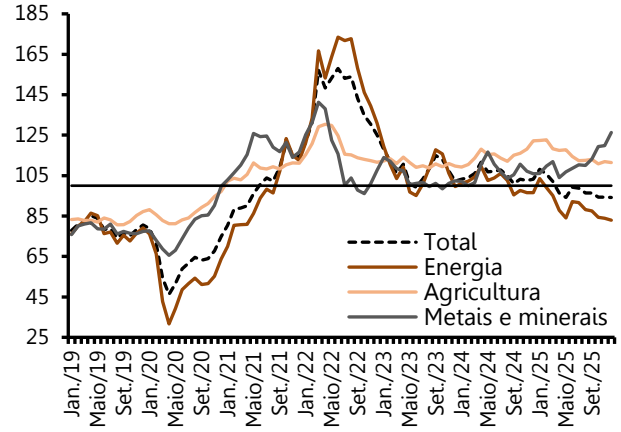
Gráfico 1.3 - Índices globais de produção industrial e de comércio de bens — jan./2019-out./2025



Fonte: CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis (2025).
Nota: 1. Os índices têm como base o ano de 2023.
2. A produção industrial exclui a construção.

No mercado de *commodities*, a permanência da queda nos preços do grupo de energia prevalece no comportamento do índice total (**Gráfico 1.4**). Comparando os preços de dezembro de 2025 com os do mesmo mês do ano anterior, houve queda de 8,8% no índice total de preços de *commodities*. Observando-se o mesmo indicador para o grupo de energia, a queda foi de 14,1%. No grupo de agricultura, a queda no período foi de 8,8%, embora haja estabilidade quando se considera a variação da média anual de preços. Em tendência oposta, o grupo de metais e minerais apresentou elevação de 19,2%, quando considerados os preços no mês de dezembro, conservando um aumento de 5,1% na comparação da média anual.

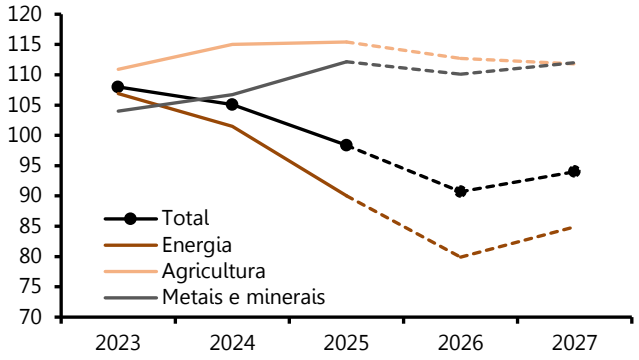
Gráfico 1.4 - Índices de preço de grupos de *commodities* — jan./2019-dez./2025



Fonte: Banco Mundial (World Bank, 2026).
Nota: Os índices (US$ nominal) têm como base o ano de 2010.

As projeções para 2026 indicam continuidade na queda dos preços do grupo de energia, refletindo-se também no índice geral (**Gráfico 1.5**). Para os demais grupos, igualmente, há expectativa de redução, embora mais amena. Se concretizado esse movimento esperado, o índice de energia pode chegar aos níveis observados antes da pandemia de COVID-19. A projeção do Banco Mundial é de que os preços de energia e o índice geral devam apresentar aumento somente em 2027.

Gráfico 1.5 - Índices de preço de grupos de *commodities* em 2023-25 e previsões para 2026-27



Fonte: Banco Mundial (World Bank, 2025).
Nota: As previsões para 2026 e 2027 foram realizadas pelo Banco Mundial com dados até setembro de 2025.

Em 2025, o crescimento econômico no mundo resistiu, apesar da elevada incerteza atravessada ao longo do ano. Como observado anteriormente, após atingir níveis históricos com o anúncio de medidas de elevação das tarifas comerciais nos Estados Unidos da América, os indicadores de incerteza de política econômica e de comércio retrocederam ao longo do ano, embora mantendo nível elevado. Com as negociações e suspensões que se sucederam aos anúncios, o impacto negativo observado acabou sendo inferior ao esperado inicialmente. Além disso, a reação percebida nas empresas norte-americanas, no primeiro trimestre, foi de formar estoques antes da imposição das tarifas, de modo que o comércio internacional no início do ano apresentou uma aceleração, que cooperou para o resultado a ser verificado ao fim do ano. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), após um crescimento de 3,3% do produto global em 2024, o crescimento mundial deve manter o ritmo de 3,3% em 2025.

A **Tabela 1.1** compara a previsão para 2025 mais recente, divulgada em janeiro de 2026, com o relatório divulgado em janeiro de 2025. Percebe-se que, entre as economias selecionadas, o impacto das disputas tarifárias deve ser observado de modo mais claro nos EUA e no Canadá. Para os Estados Unidos, a previsão, que, inicialmente, era de um crescimento de 2,7%, agora se encontra em 2,1%, e, para o Canadá, passou de 2% para 1,6% na última projeção. Para a Área do Euro, a previsão iniciou em 1% e agora está em 1,4%. Para o Brasil, o crescimento também deve ser superior ao previsto inicialmente pelo organismo, aumentando de 2,2% para 2,5%. China e Índia também superaram as expectativas iniciais, mesmo com as incertezas enfrentadas ao longo do ano.

Entre os riscos elencados pelos organismos internacionais, está a possibilidade de uma correção nas expectativas de aumento da produtividade, atribuído aos investimentos em inteligência artificial, que tenderia a repercutir sobre o restante da economia mundial. Também se mantêm os riscos relativos ao acirramento das tensões geopolíticas (IMF, 2026).

Tabela 1.1 - Projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de economias selecionadas e outros indicadores — 2024, 2025 e 2026 e comparação com jan./2025

(%)

DISCRIMINAÇÃO	2024	2025		2026	
		Jan./26	Diferença Para Jan./25	Jan./26	Diferença Para Jan./25
PIB mundial	3,3	3,3	0,0	3,3	0,0
Economias avançadas	1,8	1,7	-0,2	1,8	0,0
Estados Unidos	2,8	2,1	-0,6	2,4	0,3
Área do Euro	0,9	1,4	0,4	1,3	-0,1
Japão	-0,2	1,1	0,0	0,7	-0,1
Reino Unido	1,1	1,4	-0,2	1,3	-0,2
Canadá	2,0	1,6	-0,4	1,6	-0,4
Economias emergentes	4,3	4,4	0,2	4,2	-0,1
Brasil	3,4	2,5	0,3	1,6	-0,6
China	5,0	5,0	0,4	4,5	0,0
Índia	6,5	7,3	0,8	6,4	-0,1
Rússia	4,3	0,6	-0,8	0,8	-0,4
Comércio de bens e serviços	3,6	4,1	0,9	2,6	-0,7
Preços de *commodities* (US$)					
Energéticas	-1,8	-14,2	-2,5	-8,5	-5,9
Não energéticas	3,7	9,4	6,9	7,5	7,6
Preços ao consumidor	5,8	4,1	-0,1	3,8	0,3
Economias avançadas	2,6	2,5	0,4	2,2	0,2
Economias emergentes	7,9	5,2	-0,4	4,8	0,3

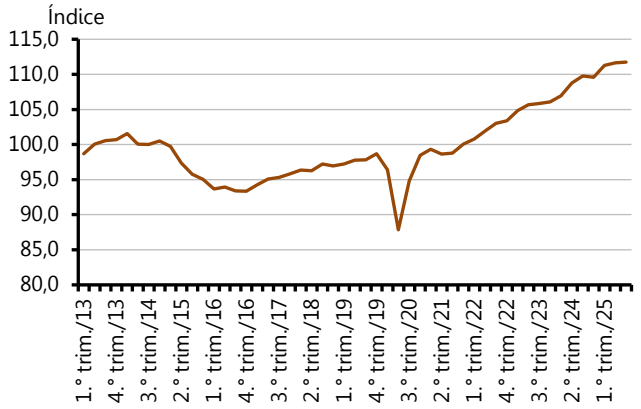
Fonte: FMI (IMF, 2026).

2 Cenário interno — Brasil

2.1 Atividade econômica

No terceiro trimestre de 2025, a economia brasileira apresentou crescimento de 0,1% em relação ao segundo trimestre do mesmo ano, considerando a série com ajuste sazonal. Com isso, o resultado renovou o pico histórico (**Gráfico 2.1**).

Gráfico 2.1 - Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil — 1.° trim./2013-3.° trim./2025



Fonte dos dados brutos: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE, 2025b).
Nota: Os índices têm como base a média de 2013 = 100.

A partir do segundo semestre de 2021, consolidando-se em 2022, o Brasil estabeleceu uma trajetória com tendência de alta no desempenho econômico, encerrando 2022 com crescimento de 3% e acelerando esse ritmo em 2023 e 2024, com altas de 3,2% e 3,4% respectivamente. Os resultados superaram projeções de mercado, expressas nos relatórios do Banco Central do Brasil e do FMI, como analisado na edição de outubro de 2025 deste boletim (Boletim [...], 2025).

Contudo, em 2025, o movimento de expansão econômica do país desacelerou-se. No acumulado até o terceiro trimestre, o crescimento foi de 2,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 2024, na mesma comparação, o PIB registrou alta de 3,4%.

Entre os fatores que contribuem para essa desaceleração, tem-se a política monetária contracionista, por meio da taxa de juros em 15% a.a. desde junho de 2025, mas em trajetória de alta desde setembro de 2024 (com a taxa de 10,75% naquela reunião), com atuação combinada de efeitos defasados e coincidentes sobre a economia. A elevação da taxa de juros encarece o custo de capital e eleva a taxa mínima de retorno requerida para novos projetos. Em paralelo, a maior onerosidade do crédito ao consumidor restringe o orçamento das famílias, por aumentar o serviço da dívida e o custo de financiamento, com efeitos adversos sobre o consumo. Em relação ao comprometimento da renda das famílias com o serviço da dívida, observa-se que, em outubro de 2025, ele alcançou aproximadamente 30% (BCB, 2026d).

Ademais, o mercado de trabalho, no trimestre de setembro a novembro de 2025, na comparação com o trimestre imediatamente anterior, registrou elevação da massa de rendimentos e do rendimento médio mensal de todos os trabalhos. Contudo o resultado apresentou heterogeneidade, à medida que outros indicadores mostraram sinais de acomodação, como a estabilidade no número de pessoas ocupadas e no rendimento médio mensal real em nove dos 10 grupamentos de atividade do trabalho principal, entre eles indústria geral e comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas. No número de ocupados, apenas o grupamento de administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais registrou alta; nos rendimentos, apenas o grupamento de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas.

Como referido, no terceiro trimestre de 2025, o PIB cresceu 0,1% na margem. Pela ótica da oferta, esse resultado refletiu a expansão da indústria (0,8%), da agropecuária (0,4%) e dos serviços (0,1%) (**Tabela 2.1**).

Tabela 2.1 - Variação do Produto Interno Bruto (PIB) e de seus componentes, pelas óticas da oferta e da demanda, do Brasil — 3.° trim./2025/2.° trim./2025 e 3.° trim./2025/3.° trim./2024

(%)

ATIVIDADES	3° TRIM/2025 / 2° TRIM/2025 (1)	3° TRIM/2025 / 3° TRIM/2024
PIB	0,1	1,8
Ótica da oferta		
Impostos	-	1,4
VAB	0,1	1,9
Agropecuária	0,4	10,1
Indústria	0,8	1,7
Serviços	0,1	1,3
Ótica da demanda		
Consumo das famílias	0,1	0,4
Consumo do governo	1,3	1,8
Formação Bruta de Capital Fixo	0,9	2,3
Exportações	3,3	7,2
Importações	0,3	2,2

Fonte dos dados brutos: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE, 2025b).
(1) Com ajuste sazonal.

Na indústria, destacam-se as altas de 1,7% nas indústrias extrativas e 1,3% na construção. A indústria de

transformação também cresceu, porém em ritmo menos acelerado, de 0,3%. Por outro lado, a atividade de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos apresentou queda de 1%.

Nos serviços, apresentaram crescimento as atividades de transporte, armazenagem e correio (2,7%), informação e comunicação (1,5%), atividades imobiliárias (0,8%), comércio (0,4%) e administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (0,4%). Em contrapartida, as atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados recuaram 1%.

Pelo lado da demanda, na margem, observa-se crescimento das exportações (3,3%), do consumo do governo (1,3%), da Formação Bruta de Capital Fixo (0,9%), das importações (0,3%) e do consumo das famílias (0,1%).

Dentre esses componentes da demanda, destaca-se a desaceleração no ritmo de crescimento do consumo das famílias, que, na margem, vinha de duas altas de 0,6% no primeiro e no segundo trimestre de 2025. Esse movimento também pode ser demonstrado na comparação com os mesmos trimestres de 2024, quando o crescimento foi de 2,2% ante o primeiro trimestre, 1,8% ante o segundo e 0,4% ante o terceiro. Esse comportamento corrobora o argumento de que a desaceleração econômica pode estar relacionada aos efeitos da política monetária contracionista.

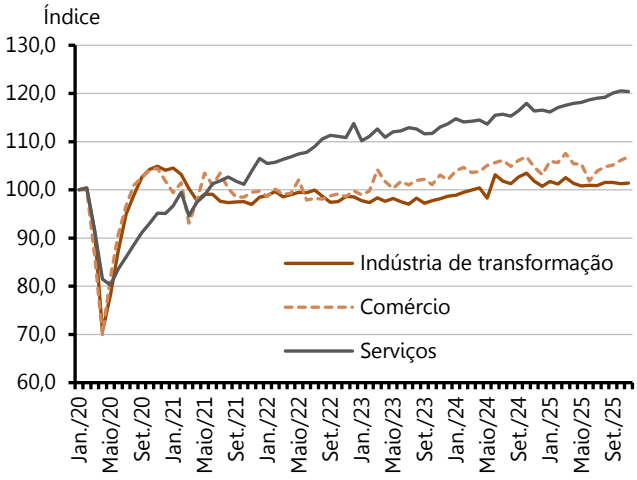
Além disso, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o aumento do PIB foi de 1,8%, refletindo, pelo lado da produção, os desempenhos positivos da agropecuária (10,1%), da indústria (1,7%) e dos serviços (1,3%).

Pela ótica da demanda, os aumentos mais relevantes, em relação ao terceiro trimestre de 2024, ocorreram nas exportações (7,2%) e na FBCF (2,3%). As demais atividades que também registraram alta foram: as importações (2,2%), o consumo do governo (1,8%) e, como já mencionado, o consumo das famílias (0,4%).

Na análise dos dados conjunturais mensais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observa-se que o volume de vendas no comércio varejista ampliado, com ajuste sazonal, avançou 2,4% no trimestre móvel encerrado em novembro de 2025 (set.-nov.), em relação ao trimestre móvel imediatamente anterior (jun.-ago.) (**Gráfico 2.2**).

Na comparação interanual, o comércio varejista ampliado cresceu 0,1%, resultado influenciado pela alta das vendas de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (8,2%); artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (5,8%); e móveis e eletrodomésticos (5,5%). Em sentido oposto, outras atividades registraram quedas, com realce para veículos, motocicletas, partes e peças (- 4,1%); tecidos, vestuário e calçados (- 2,7%); e material de construção (- 2,4%).

Gráfico 2.2 - Produção da indústria de transformação, volume de vendas do comércio varejista ampliado e volume de serviços, com ajuste sazonal, no Brasil — jan./2020-nov./2025



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física (IBGE, 2026c).
Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE, 2026d).
Pesquisa Mensal dos Serviços (IBGE, 2026e).
Nota: Os índices têm como base jan./2020 = 100.

A atividade de serviços registrou alta de 1,2% no trimestre móvel até novembro de 2025, ante o trimestre imediatamente anterior. Com esse resultado, o índice do volume de serviços (média móvel trimestral) alcançou o nível mais elevado do período analisado (2020-25).

Na análise interanual, os serviços registraram alta de 2,9%, com destaque para serviços de informação e comunicação (4,7%) e transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (3,1%).

A produção da indústria de transformação apresentou variação positiva de 0,3% no trimestre móvel encerrado em novembro de 2025, ante o trimestre móvel imediatamente anterior (jun.-ago.), mantendo desempenho próximo da estabilidade. Por sua vez, na comparação com o trimestre móvel encerrado em novembro de 2024, a indústria de transformação recuou 1%. As principais contribuições para a variação negativa vieram da fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis; da fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias; e da fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e

equipamentos. Em contrapartida, a fabricação de produtos alimentícios contribuiu positivamente no período, atenuando parcialmente o resultado agregado.

No conjunto, os indicadores do comércio varejista ampliado e de serviços sinalizaram melhora no período mais recente, com avanço na comparação com o trimestre móvel imediatamente anterior. Ao mesmo tempo, a indústria de transformação manteve desempenho próximo da estabilidade no curto prazo e recuo na comparação interanual, sugerindo um quadro ainda desigual entre os principais segmentos da atividade.

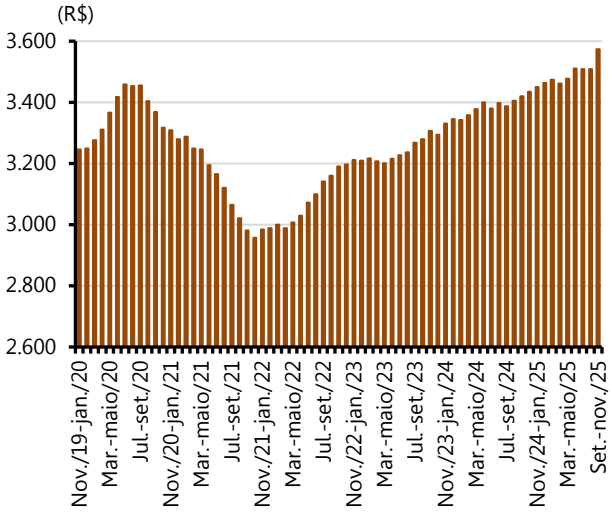
2.2 Mercado de trabalho

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), o número de ocupados no Brasil, no trimestre móvel encerrado em novembro de 2025, foi de 103,019 milhões de pessoas, um crescimento de 0,6% em relação ao trimestre anterior (jun.-ago./2025) e de 1,1% na comparação com o mesmo período de 2024. Em set.-nov./2025, a taxa de desocupação ficou em 5,2%, o que representou uma redução de 0,4 p.p. em relação ao trimestre anterior e de 0,9 p.p. na comparação com o mesmo trimestre de 2024. Foi a menor taxa trimestral registrada em toda a série histórica, que teve início em 2012.

O rendimento médio real mensal habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas alcançou R$ 3.574 no trimestre de setembro a novembro de 2025, o que significa um aumento de 1,8% na margem e 4,5% na comparação interanual (**Gráfico 2.3**). Já a massa real de rendimentos efetivamente recebidos apresentou expansão de 2,5% na margem e de 5,8% em relação ao mesmo trimestre de 2024. Contudo, como já referido, cabe a ressalva de que esse crescimento é heterogêneo entre os grupamentos, com a maioria deles apresentando estabilidade.

No mercado formal, os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) apresentaram um saldo de 393.226 novos empregos nos últimos três meses (set.-nov./2025). Mensalmente, houve a ocorrência de saldos positivos entre admitidos e desligados em setembro (213.663), outubro (93.699) e novembro (85.864). No período de 12 meses terminado em novembro, houve a criação de 1.339.878 vagas de emprego no país, as quais se dividiram da seguinte forma entre os setores: 764.585 em serviços, 273.745 no comércio, 162.168 na indústria, 101.014 na construção e 38.374 na agropecuária.

Gráfico 2.3 - Valor absoluto do rendimento habitual médio, por trimestre móvel, no Brasil — nov./2019-nov./2025



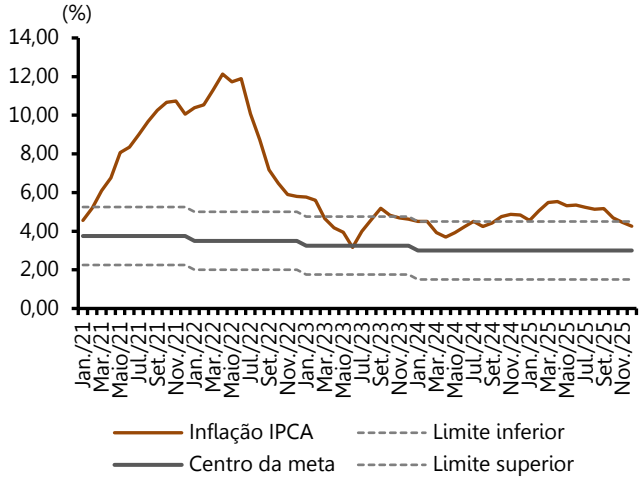
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE, 2025a).

2.2 Inflação, juros e contas públicas

A taxa de inflação acumulada no ano de 2025, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou em 4,26% (**Gráfico 2.4**). Nos meses de novembro e dezembro de 2025, a inflação em 12 meses voltou a ficar dentro do intervalo de tolerância em torno do centro da meta (3%). Dos nove grupos que compõem o índice, apenas o grupo artigos de residência teve deflação (-0,28%). Os demais, que apresentaram variação acumulada positiva, foram: alimentação e bebidas (2,95%), habitação (6,79%), vestuário (4,99%), transportes (3,07%), saúde e cuidados pessoais (5,59%), despesas pessoais (5,87%), educação (6,22%) e comunicação (0,77%). Entre os grupos, houve cinco com variação positiva acima do teto (4,5%) em relação ao centro da meta.

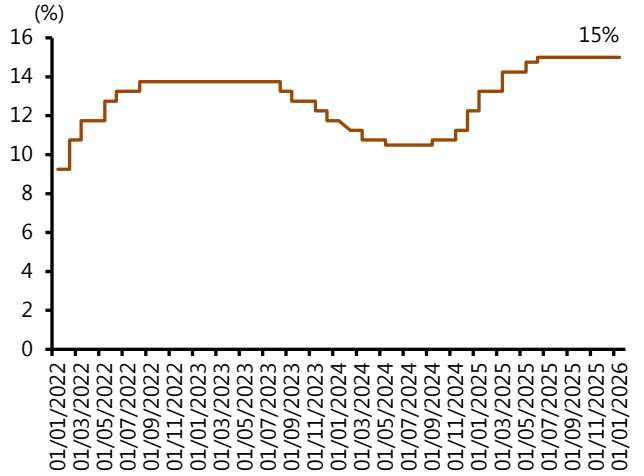
Em meados de setembro de 2024, o Banco Central deu início a uma política de aperto monetário, elevando gradualmente a taxa básica de juros da economia brasileira (**Gráfico 2.5**). Contudo, desde a reunião de julho de 2025, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil optou por interromper o ciclo de elevação da Selic, mantendo a taxa básica em 15% ao ano.

Gráfico 2.4 - Variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses e meta de inflação no Brasil — jan./2021-dez./2025



Fonte dos dados brutos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2026a).
Banco Central do Brasil (BCB,2026c).

Gráfico 2.5 - Meta da taxa Selic ao ano no Brasil — jan./2022-jan./2026

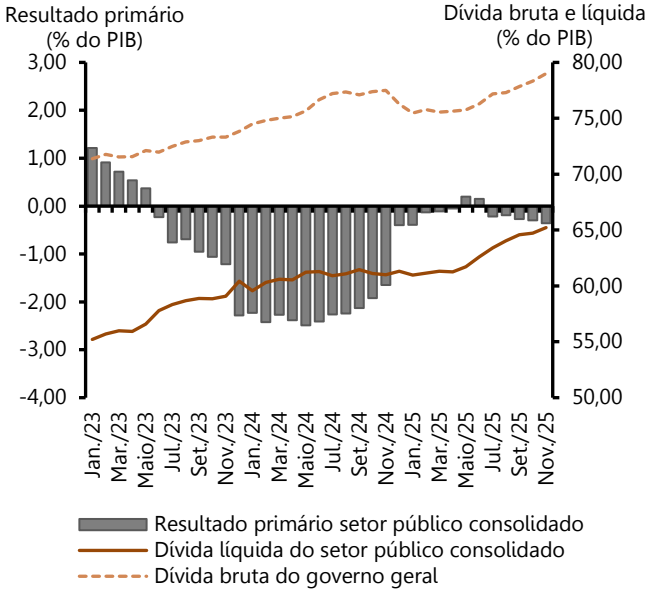


Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (BCB, 2026c).

A decisão do Copom, publicada na Ata da 275.ª Reunião, de 9 e 10 de dezembro de 2025, de perseverar na política monetária contracionista por período "bastante prolongado" considerou os seguintes cenários: o externo mantém-se adverso e incerto, marcado, principalmente, por tensões de ordem geopolítica; no cenário doméstico, a atividade manteve crescimento moderado e com o hiato do produto positivo; o mercado de trabalho ainda se mostra resiliente e dinâmico, mesmo com redução na população ocupada e na taxa de participação; e o mercado de crédito ao setor não financeiro mantém trajetória de desaceleração tênue, com queda de 0,7 p.p. do saldo total em novembro de 2025, em relação a outubro do mesmo ano. Assim, embora as expectativas de diversos grupos de agentes se mostrem em queda, o Banco Central considera que elas permanecem desancoradas no contexto atual, e, apesar de um câmbio mais apreciado, a inflação segue pressionada pela demanda, o que exige cautela da autoridade monetária.

No campo da política fiscal, o resultado primário do setor público consolidado, no acumulado em 12 meses até novembro de 2025, apresentou déficit de 0,36% do PIB (ou R$ 45,5 bilhões), na comparação com déficit de 0,30% do PIB (ou R$ 37,7 bilhões) do acumulado de 12 meses até outubro (**Gráfico 2.6**). Em termos desagregados por esferas de governo, ainda no acumulado em 12 meses até novembro, o déficit primário do governo central totalizou R$ 53,5 bilhões; os governos regionais tiveram superávit de R$ 17,3 bilhões; e as empresas estatais obtiveram déficit de R$ 9,2 bilhões.

Gráfico 2.6 - Resultado primário acumulado em 12 meses e estoques da dívida bruta e dívida líquida no Brasil — jan./2023-nov./2025



Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (BCB, 2026a).

A meta de resultado primário para o governo central, com faixa de tolerância de 0,25% do PIB para mais ou para menos, é de déficit zero para o ano de 2025. Contudo, no acumulado de janeiro a novembro, o resultado primário do governo central apresentou aumento do déficit em R$ 16,7 bilhões, na comparação com o mesmo período de 2024 (**Tabela 2.2**).

O Tesouro Nacional manteve o superávit primário, com aumento de R$ 3,4 bilhões, quando se comparam os dois períodos. A receita líquida cresceu 8,1%, ficando abaixo do aumento de 8,7% da despesa total. Do

lado da receita do governo central, comparando-se o acumulado de janeiro a novembro, destacam-se os incrementos de R$ 72,6 bilhões com a arrecadação do Imposto sobre a Renda e de R$ 59,8 bilhões na arrecadação para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Do lado da despesa do governo central, comparando-se o acumulado de janeiro a novembro, destacam-se os aumentos de R$ 80,3 bilhões em benefícios previdenciários, R$ 29,5 bilhões com reajustes aos servidores do Poder Executivo e R$ 15,2 bilhões com benefícios de prestação continuada.

Tabela 2.2 - Valores e variação da receita, das transferências, da despesa e dos resultados do governo central do Brasil — 2024 e 2025

DISCRIMINAÇÃO	VALORES (jan.-nov.)		VARIAÇÃO (2025/2024)	
	2024	2025	Absoluta	Relativa (%)
A - Receita total	2.387.479	2.590.251	202.773	8,5
B - Transferências	461.873	507.848	45.975	10,0
C - Receita líquida (A - B)	1.925.606	2.082.403	156.798	8,1
D - Despesa total	1.992.636	2.166.226	173.591	8,7
E - Resultado primário (C - D)	-67.030	-83.823	-16.793	25,1
Resultado do Tesouro Nacional	241.930	245.366	3.436	1,4
Resultado do Banco Central	-1.160	-914	246	-21,2
Resultado da Previdência Social	-307.800	-328.275	-20.475	6,7

Fonte dos dados brutos: Resultado do Tesouro Nacional (ago./2025) (Brasil, 2025).

A dívida bruta do governo geral (no conceito do Banco Central) chegou a 79% do PIB em novembro de 2025, o que representa aumento de 0,67 p.p. na comparação com o mês anterior e elevação de 1,5 p.p. em relação a novembro de 2024 (**Gráfico 2.6**). O nível da dívida bruta é o mais alto desde outubro de 2021, quando foi de 79,5% do PIB. Por sua vez, a dívida líquida do setor público atingiu o nível de 65,2% do PIB em novembro de 2025, uma alta de 0,46 p.p. em relação ao estoque de outubro. É o novo recorde de patamar para a série histórica iniciada em dezembro de 2001.

2.3 Expectativas de inflação e crescimento

O **Focus - Relatório de Mercado**, de 16 de janeiro de 2026, apresenta as expectativas dos agentes do mercado financeiro (BCB, 2026b). Em relação à taxa de inflação (IPCA), a previsão é de 4,02% para 2026 e de 3,8% para 2027. Já a projeção para o crescimento do PIB, em 2026, manteve-se em 1,8%, mesmo patamar esperado para 2027.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em sua **Carta de Conjuntura**, de 18 de dezembro de 2025, apresenta as seguintes previsões para 2026: variação de 4,2% para o IPCA e projeção de crescimento de 1,6% para o PIB.

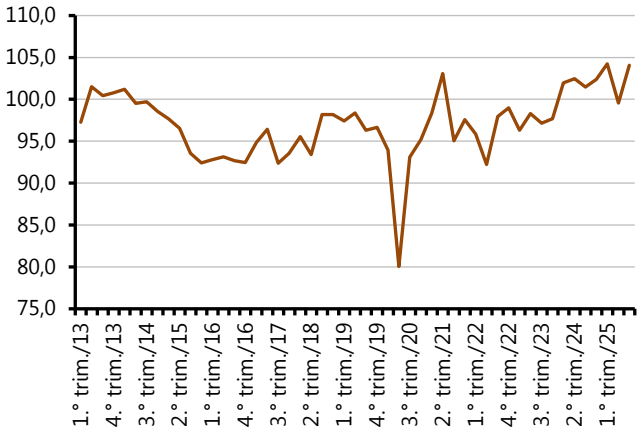
As previsões para 2026 indicam que a inflação tende a ficar dentro do intervalo de tolerância em torno do centro da meta de 3% ao ano. Quanto ao crescimento do PIB, projeta-se continuidade da desaceleração.

3 CENÁRIO INTERNO — RS

3.1 ATIVIDADE ECONÔMICA

O PIB do Rio Grande do Sul cresceu 4,5% no terceiro trimestre de 2025, em relação ao trimestre anterior, já com ajuste sazonal. Esse avanço esteve, em grande medida, associado à dissipação dos efeitos da estiagem, que se haviam concentrado no segundo trimestre, período em que a economia gaúcha registrou queda de 4,5%. Com o crescimento na margem, o nível do PIB retornou a um patamar praticamente equivalente ao do primeiro trimestre do ano, quando foi alcançado o maior valor da série histórica iniciada em 2002 (**Gráfico 3.1**). Atualmente, o PIB encontra-se 7,6% acima do nível do quarto trimestre de 2019, anterior à pandemia, e 2,5% superior ao do segundo trimestre de 2013, período que antecedeu o início da crise de 2014–16.

Gráfico 3.1 - Índice do volume do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul — 1.° trim./2013-3.° trim./2025



Fonte: PIB RS trimestral (Rio Grande do Sul, 2026b).
Nota: 1. Os índices têm como base a média de 2013 = 100.
2. Série com ajuste sazonal.

Em termos setoriais, o crescimento do PIB foi influenciado, principalmente, pela expansão de 20,5% da agropecuária. Esse resultado decorreu da comparação entre um terceiro trimestre em que a produção agrícola apresentou comportamento dentro da normalidade e um segundo trimestre fortemente afetado pela estiagem, especialmente pelo impacto na produção de soja (**Tabela 3.1**). A indústria registrou alta de 2,3%, impulsionada sobretudo pela atividade de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana, cuja produção cresceu 10,2%, em razão da recomposição dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas. A indústria de transformação avançou 1,5%, acelerando em relação ao trimestre anterior (1,3%). A construção voltou a crescer, após duas quedas consecutivas, com expansão de 0,4%, enquanto a indústria extrativa apresentou recuo de 1,3% no período. O setor de serviços permaneceu praticamente estável, com leve alta de 0,1%. Quatro das sete atividades registraram retração: comércio (- 0,3%), transportes, armazenagem e correio (- 0,9%), serviços de informação (- 0,5%) e intermediação financeira e seguros (- 1,4%). Em sentido oposto, apresentaram crescimento atividades imobiliárias (0,5%), outros serviços (0,5%) e administração pública, educação e saúde (0,1%). A queda no comércio foi a terceira consecutiva, refletindo a acomodação do consumo, em consonância com a estabilidade observada nos principais indicadores do mercado de trabalho, conforme será detalhado posteriormente neste boletim.

Tabela 3.1 - Variação do Produto Interno Bruto (PIB), dos impostos e do Valor Adicionado Bruto (VAB), total e por atividade, do Rio Grande do Sul — períodos selecionados

ATIVIDADES	3° TRIM/2025 / 2° TRIM/2025(1)	3° TRIM/2025 / 3° TRIM/2024	JAN-SET/2025 / JAN-SET/2024
PIB	4,5	2,5	0,5
Impostos	-	2,9	1,9
VAB	4,8	2,4	0,3
Agropecuária	20,5	5,3	-10,8
Indústria	2,3	3,7	2,0
Serviços	0,1	0,7	2,0

Fonte: PIB RS trimestral (Rio Grande do Sul, 2026b).
(1) Com ajuste sazonal.

Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, a economia gaúcha registrou crescimento de 2,5%, com avanço em todos os setores. O maior destaque foi a agropecuária, que apresentou expansão de 5,3%. A indústria cresceu 3,7%, com forte contribuição da indústria de transformação, cuja alta de 4,2% foi a quarta consecutiva. Esse resultado é particularmente relevante, pois ocorreu após uma sequência de oito trimestres seguidos de queda. Também apresentaram crescimento as atividades de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (3,5%), construção (1,2%) e indústria extrativa mineral (0,3%). O setor de serviços registrou a menor taxa de crescimento, de 0,7%. O desempenho foi influenciado pelas quedas no comércio (- 0,4%) e nos serviços de informação (- 1,6%), além das taxas relativamente modestas observadas em transportes, armazenagem e correio (0,8%), intermediação financeira e seguros (0,8%), atividades imobiliárias (1,7%), outros serviços (1,8%) e administração pública, educação e saúde (0,1%). Também nessa base de comparação, os resultados dos serviços — especialmente

do comércio — acabaram por reforçar o sinal de acomodação do consumo.

No acumulado do ano até o terceiro trimestre, o PIB do Rio Grande do Sul cresceu 0,5% em relação ao mesmo período de 2024. O principal destaque negativo foi o desempenho da agropecuária, que recuou 10,8%, em decorrência dos efeitos da estiagem sobre a produção de soja no segundo trimestre. A queda da agropecuária foi o fator determinante para explicar o diferencial entre o crescimento do estado (0,5%) e o do país (2,4%) no acumulado até setembro. Isso porque tanto a indústria quanto os serviços gaúchos apresentaram taxas de expansão superiores às nacionais.

A indústria do Rio Grande do Sul cresceu 2%, acima do resultado nacional (1,7%), impulsionada, principalmente, pela indústria de transformação, que avançou 3,6%. Também houve crescimento na indústria extrativa e na construção. Em sentido oposto, a atividade de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana recuou 9,9%, impactada pela redução da geração de energia hidrelétrica, decorrente da diminuição dos níveis dos reservatórios provocada pela estiagem do segundo trimestre. O setor de serviços também apresentou crescimento de 2% no estado, superando a taxa nacional de 1,8%. Houve expansão em todas as sete atividades, com destaque para intermediação financeira e seguros (3,8%), transportes, armazenagem e correio (3,5%), comércio (2,7%) e outros serviços (2,3%). Embora o desempenho do comércio tenha passado por um processo de acomodação ao longo de 2025, com quedas sucessivas na margem, manteve-se, na média de janeiro a setembro, em patamar superior ao observado em 2024.

A **Tabela 3.2** apresenta o panorama da produção agrícola do estado em 2025. Observa-se avanço nas culturas do primeiro trimestre, com destaque para arroz, milho e fumo, perdas na produção de soja do segundo trimestre, em razão da estiagem, e queda na produção de trigo, cultura do quarto trimestre. De modo geral, o comportamento oscilante do PIB do estado ao longo de 2025 esteve estreitamente associado às variações da produção agrícola. Esse padrão — no qual movimentos acentuados de expansão e retração da agropecuária se refletem diretamente no desempenho do PIB gaúcho — tem-se intensificado recentemente, especialmente no período com início em 2020, marcado pela ocorrência de quatro estiagens, a mais recente em 2025.

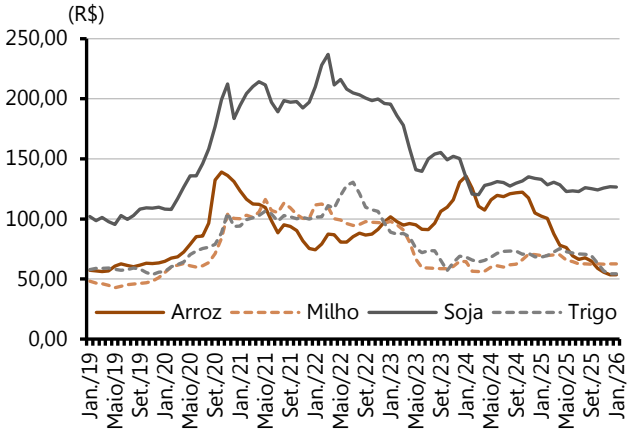
Tabela 3.2 - Quantidade produzida e variação dos principais produtos agrícolas de verão do Rio Grande do Sul — 2024-25

PRODUTOS	QUANTIDADE PRODUZIDA		VARIAÇÃO %
	2024	2025 (1)	
Arroz	7.128.908	8.706.106	22,9
Fumo	286.923	351.570	22,5
Milho	4.509.897	5.294.223	17,4
Soja	18.252.278	13.647.103	-25,2
Trigo	3.700.521	3.458.083	-6,6

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (IBGE, 2026b).
(1) Estimativa.

No que se refere aos preços pagos aos produtores gaúchos pelos principais grãos do estado, no último trimestre do ano, houve queda nos preços do arroz (-15% em relação ao trimestre anterior) e do trigo (-17%) e estabilidade nos preços do milho e da soja (**Gráfico 3.2**). Ao longo de 2025, a evolução dos preços foi, em geral, desfavorável. O aumento da oferta doméstica de arroz — cultura cujo principal produtor nacional é o Rio Grande do Sul — contribuiu para pressionar as cotações, que registraram queda média de 35% em relação a 2024 (Emater-RS, 2026). Ainda na comparação das médias anuais, os preços da soja e do trigo apresentaram avanços modestos, ambos de 2,7%. O milho, por sua vez, teve desempenho relativamente melhor, com alta de 10,4%.

Gráfico 3.2 - Evolução dos preços reais ao produtor do arroz, do milho, da soja e do trigo no Rio Grande do Sul — jan./2019-jan./2026

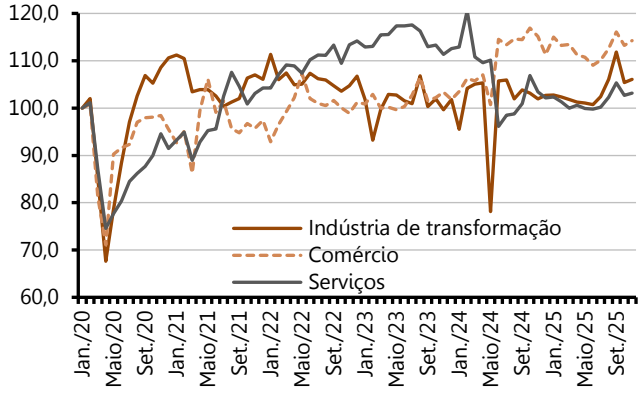


Fonte: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater-RS, 2026).
Nota: Valores constantes a preços de dez./2025, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A análise conjunta dos dados mensais da indústria de transformação, do comércio varejista ampliado e dos serviços no Rio Grande do Sul, até novembro de 2025, revela um padrão comum de comportamento ao longo do ano, apesar das diferenças nas taxas médias

de crescimento em relação a 2024. Enquanto a indústria e o comércio apresentaram expansão no período, os serviços registraram queda. Ainda assim, as três atividades seguiram trajetória semelhante: retração no primeiro semestre, recuperação entre julho e setembro, nova queda em outubro e retomada moderada em novembro (**Gráfico 3.3**).

Gráfico 3.3 - Índice da produção física da indústria de transformação, do volume de vendas do comércio varejista ampliado e do volume dos serviços do Rio Grande do Sul — jan./2020-nov./2025



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF) (IBGE, 2026c).
Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) (IBGE, 2026d).
Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) (IBGE, 2026e).
Nota: 1. Os índices têm como base jan./2020 = 100.
2. Série com ajuste sazonal.

Na indústria de transformação, a recuperação mostrou-se mais consistente. Após a sequência de altas no terceiro trimestre, o setor apresentou crescimento tanto na comparação trimestral quanto na interanual, além de avanço no acumulado do ano.

Após vários meses de queda na margem, a produção industrial do Rio Grande do Sul registrou três altas consecutivas: 1,6% em julho, 3,6% em agosto e 5,5% em setembro. Em outubro, porém, o indicador apresentou forte retração de 5,7%, o que fez com que se interrompesse a sequência de altas. Em novembro, a produção industrial cresceu 0,6%, fazendo com que o nível de produção retornasse praticamente ao patamar de agosto. No trimestre de setembro a novembro, na comparação com os três meses anteriores, a indústria de transformação cresceu 4,6%.

Já na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, a produção industrial cresceu 4,5%, desempenho impulsionado, principalmente, pelas altas observadas nas atividades de fabricação de produtos do fumo (32,1%), produtos de papel e celulose (18,9%), produtos de metal (11,8%) e produtos alimentícios (9,1%).

No acumulado do ano até novembro, a produção da indústria de transformação cresceu 2,2%. A expansão foi relativamente disseminada, com crescimento em nove das 14 atividades pesquisadas pelo IBGE no estado. Os principais destaques, conforme o impacto na taxa total, foram produtos alimentícios (6,5%), máquinas e equipamentos (10,9%), produtos do fumo (13,5%) e bebidas (11,6%). No caso dos alimentos, o avanço foi impulsionado, principalmente, pelo aumento da produção de arroz e carne suína. Já a alta de máquinas e equipamentos decorreu do crescimento na produção de máquinas agrícolas, sustentado pela demanda interna e externa. Esse segmento apresentou, em 2025, uma recuperação relevante após quedas expressivas em 2023 (-8,8%) e 2024 (-19,4%).

O comércio varejista ampliado acompanhou a trajetória da indústria, com queda expressiva no primeiro semestre e recuperação parcial a partir de julho. Entre janeiro e junho, as vendas recuaram 5,1%, refletindo um processo de acomodação após a forte expansão observada no segundo semestre de 2024. A partir de julho, houve recuperação da atividade, com altas de 1% em julho, 2,2% em agosto e 3,1% em setembro, sempre em relação ao mês imediatamente anterior. Esse movimento, contudo, foi interrompido em outubro, quando as vendas caíram 2,5%. Em novembro, o nível de vendas voltou a crescer, ficando 6,8% acima do registrado em abril de 2024, período anterior às enchentes. No trimestre de setembro a novembro de 2025, na comparação com os três meses imediatamente anteriores, as vendas do comércio avançaram 3,5%.

Na comparação com o mesmo período de 2024, a atividade comercial apresentou queda de 0,6%. Esse desempenho foi determinado, em grande parte, pelas retrações nas vendas de veículos, motocicletas, partes e peças (-11,4%), material de construção (-10,2%) e tecidos, vestuário e calçados (-5,8%).

No acumulado de 2025 até novembro, as vendas do comércio aumentaram 1,4%. Apesar do crescimento, o desempenho permaneceu heterogêneo, com expansão em seis e retração em cinco segmentos da atividade. Enquanto os aumentos das vendas do atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo (6%), de hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (3,7%) e do segmento de combustíveis e lubrificantes (2,5%) sustentaram o resultado positivo, setores mais dependentes do crédito — como veículos (-6%), material de construção (-2,2%) e móveis e eletrodomésticos (-6,5%) — apre-

sentaram retração, evidenciando as limitações impostas pelo custo do dinheiro e pelo elevado nível de endividamento dos consumidores.

Já o setor de serviços mostrou uma retomada mais frágil. Embora tenha registrado crescimento no terceiro trimestre e leve avanço na comparação interanual, a variação no acumulado do ano foi negativa. No primeiro semestre de 2025, o setor de serviços registrou recuo, com queda de 2,5% entre janeiro e junho. Nos três meses seguintes, assim como observado na indústria e no comércio, a atividade voltou a crescer: 0,4% em julho, 2,1% em agosto e 3% em setembro. Em outubro, contudo, houve nova retração, de 2,5% em relação ao mês anterior, seguida por uma leve elevação de 0,5% em novembro. No trimestre de setembro a novembro, na comparação com os três meses imediatamente anteriores, os serviços expandiram-se em 3%.

Na comparação com o mesmo período de 2024, a atividade de serviços apresentou pequeno aumento de 0,2%. De forma desagregada, houve avanço nos serviços de informação e comunicação (4,3%), em transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (4,9%) e nos serviços prestados às famílias (2,1%). Em contrapartida, serviços profissionais, administrativos e complementares (-10,7%) e outros serviços (-8,2%) apresentaram recuos no período.

No acumulado do ano até novembro, o volume de serviços apresentou queda de 4,6%, resultado associado, principalmente, às retrações nos transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-12%), nos serviços profissionais, administrativos e complementares (-7,2%) e em outros serviços (-4,3%). Em contrapartida, os serviços de informação e comunicação (5,9%) e os prestados às famílias (1,4%) registraram expansão. As atividades turísticas — recorte específico da pesquisa do IBGE — cresceram 12,3% até novembro, refletindo um movimento de retomada após terem sido fortemente afetadas pelas enchentes e seus impactos ao longo de 2024.

3.2 Setor externo

No último trimestre de 2025, as exportações do Rio Grande do Sul alcançaram o valor de US$ 6,063 bilhões, o que representou uma queda de 7,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os principais produtos responsáveis pela retração foram soja e máquinas, enquanto tabaco e carnes registraram os aumentos mais relevantes. Quanto aos destinos, destacaram-se as reduções nas exportações para os Estados Unidos (-38,3%) e para a China (-21,2%). No primeiro caso, o recuo esteve associado à elevação das tarifas de importação; no segundo, à diminuição dos embarques de soja.

No acumulado dos 12 meses de 2025, as exportações gaúchas totalizaram US$ 21,515 bilhões, valor 1,9% inferior ao registrado em 2024 (**Tabela 3.3**). Esse resultado refletiu, principalmente, a queda de 15,4% nas vendas de produtos agropecuários, em razão da menor oferta de soja decorrente da quebra da safra. Em sentido oposto, as exportações industriais cresceram 2,6%, impulsionadas sobretudo pelo aumento das vendas de tabaco, veículos automotores, derivados de petróleo e equipamentos elétricos. Não houve alterações relevantes na composição dos principais destinos das exportações do estado. A China permaneceu como o principal mercado, apesar da retração de 16% nas compras, seguida pela União Europeia (aumento de 5,4%), pelos Estados Unidos (- 10,9%) e pela Argentina (36,4%).

Tabela 3.3 – Valor e variações das exportações, total e por atividade econômica, no Rio Grande do Sul — 2024-25

ATIVIDADES	VALOR (US$ milhão)		Δ%
	2024	2025	
Produtos alimentícios	4.963,0	5.020,5	1,2
Produtos agropecuários	5.650,6	4.781,6	-15,4
Produtos do fumo	2.662,6	2.953,0	10,9
Produtos químicos	1.297,0	1.336,8	3,1
Veículos automotores, carrocerias e reboques	1.001,6	1.282,2	28,0
Máquinas e equipamentos	1.367,7	1.193,2	-12,8
Produtos de papel e celulose	1.074,9	980,4	-8,8
Couros e calçados	931,0	907,0	-2,6
Produtos de metal	694,7	596,5	-14,1
Derivados de petróleo	353,4	476,2	34,7
Outros produtos	1.944,1	1.987,3	2,2
Valor total	21.940,7	21.514,7	-1,9

Fonte: ComexStat (Brasil, 2026a).

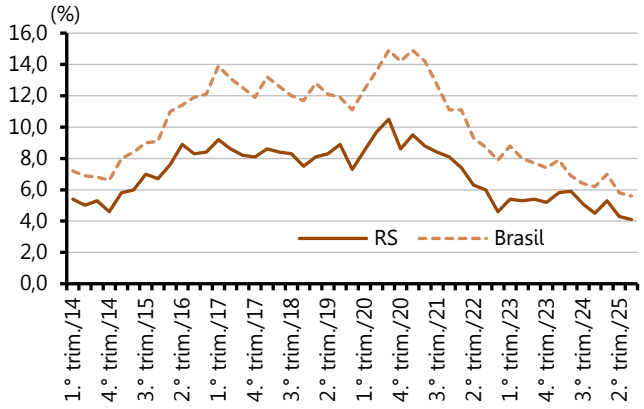
Em 2025, o comércio internacional foi impactado pela elevação das tarifas de importação pelos Estados Unidos. Em abril, foi instituída uma tarifa geral de 10% sobre as importações brasileiras, acrescida, a partir de agosto, de uma sobretaxa adicional de 40%. Em julho, o governo norte-americano divulgou uma lista de produtos brasileiros excepcionalizados, que permaneceram sujeitos apenas à tarifa inicial de 10%. Já em novembro de 2025, os Estados Unidos voltaram a restringir a abrangência das sobretaxas, suspendendo sua

aplicação para um amplo conjunto de produtos, especialmente agroindustriais e fertilizantes. No acumulado de 2025, as exportações do Rio Grande do Sul para o mercado norte-americano recuaram US$ 200,5 milhões em relação a 2024. A queda concentrou-se nos dois últimos trimestres, após a entrada em vigor das tarifas adicionais a partir de agosto. As maiores reduções ocorreram nas vendas de armas e munições (menos US$ 72 milhões), tabaco (menos US$ 64,5 milhões) e equipamentos domésticos de metais comuns (menos US$ 40,1 milhões).

3.3 Mercado de trabalho

Os principais indicadores do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul vêm mostrando sinais de acomodação nos últimos meses. Embora, segundo a PNAD Contínua, a taxa de desocupação tenha atingido 4,1% no terceiro trimestre de 2025 — o menor valor da série histórica iniciada em 2012 —, a queda em relação ao mesmo período de 2024, quando foi de 5,1%, decorreu, principalmente, da saída de pessoas da força de trabalho e não do aumento do número de ocupados, que permaneceu estável na comparação interanual (**Gráfico 3.4**).

Gráfico 3.4 - Taxa de desocupação no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.° trim./2014-3.° trim./2025

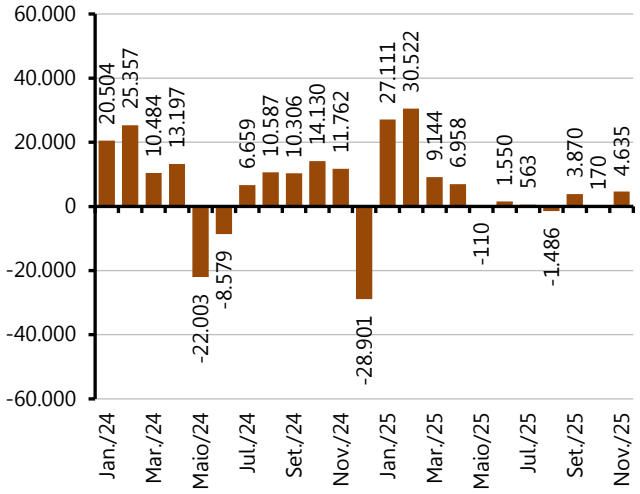


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE, 2025a).

Movimento semelhante é observado nos dados de renda. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, o rendimento médio real habitual e a massa real de rendimentos cresceram 5,4% e 5,6%, respectivamente, no terceiro trimestre de 2025. No entanto, a alta desses dois indicadores ocorreu principalmente no quarto trimestre de 2024. Nos três trimestres seguintes, prevaleceu a estabilidade, reforçando o quadro de acomodação. Em termos gerais, os indicadores da PNAD Contínua do terceiro trimestre de 2025 encontram-se em níveis elevados — os maiores valores de rendimento e de massa de rendimentos da série histórica, o maior número de ocupados para um terceiro trimestre e a menor taxa de desocupação da série —, mas a evolução recente mostra dificuldade de manter o ritmo de crescimento apresentado nos trimestres anteriores.

No mercado de trabalho formal, os dados do Novo Caged indicam a criação líquida de 8.675 vagas no trimestre encerrado em novembro: 3.870 em setembro, 170 em outubro e 4.635 em novembro. Setorialmente, a geração de vagas concentrou-se nos serviços, no comércio e na agropecuária, sendo a indústria o único setor com resultado negativo. Esse desempenho foi superior ao observado nos três meses anteriores, mas ficou bem abaixo do registrado no mesmo período de 2024, quando o estado criou 36.198 postos de trabalho (**Gráfico 3.5**). Nos 12 meses encerrados em novembro, o Rio Grande do Sul acumulou a criação de 54.026 empregos formais, distribuídos entre os setores de serviços (35.603 vagas), comércio (9.943), indústria (6.106), agropecuária (1.668) e construção (706).

Gráfico 3.5 - Saldo entre admitidos e desligados no emprego formal do Rio Grande do Sul — jan./2024-nov./2025

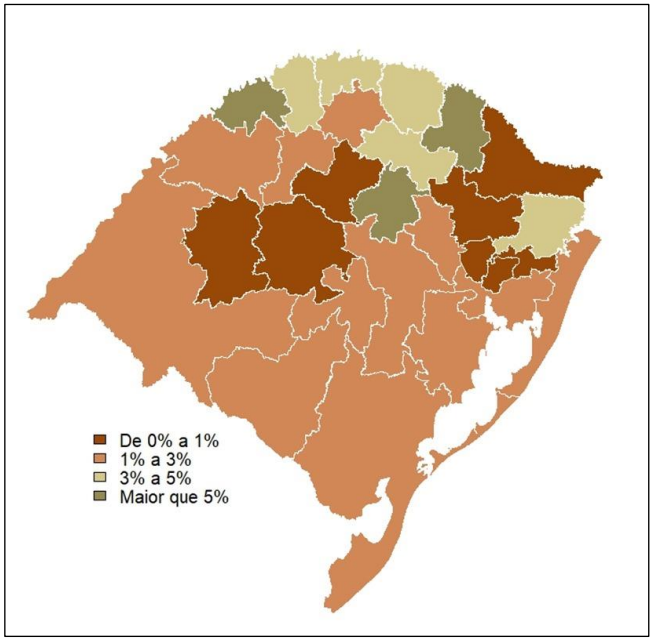


Fonte: Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) (Brasil, 2026b).

Em relação ao estoque de empregos de novembro de 2024, o número de postos formais de trabalho cresceu 1,9%. Todas as 28 regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) do Rio Grande do Sul apresentaram variação positiva no período (**Figura 3.1**). As maiores altas foram registradas nos Coredes Nordeste (8,4%), Alto da Serra do Botucaraí (6,2%), Fronteira Noroeste (5,2%) e Norte (4,8%). Por

outro lado, os menores crescimentos ocorreram nos Coredes Central (0,3%) e Campos de Cima da Serra (0,3%).

Figura 3.1 - Variação do saldo em 12 meses entre admitidos e desligados sobre o estoque anterior do emprego formal nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) do Rio Grande do Sul — nov./2025



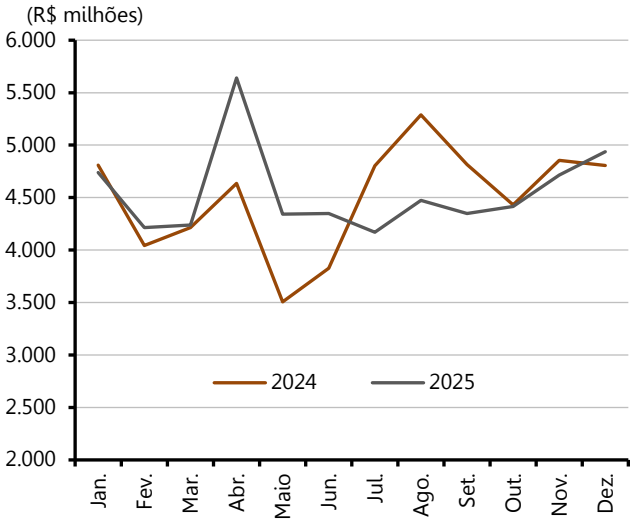
Fonte: Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) (Brasil, 2026b).

Dos 497 municípios do Rio Grande do Sul, 339 registraram crescimento do emprego formal, 8 apresentaram variação nula, e 150 sofreram queda. Entre os 19 municípios com mais de 100 mil habitantes, apenas Novo Hamburgo teve redução no período de 12 meses encerrado em novembro. Os maiores avanços relativos nesse grupo ocorreram em Erechim (5,2%), Sapucaia do Sul (3,9%), Passo Fundo (3,5%) e Cachoeirinha (3,2%). Entre os 56 municípios com população entre 30 mil e 100 mil habitantes, o emprego cresceu em 44. As maiores variações relativas foram observadas em Soledade (11,3%), Santa Rosa (8,4%) e Canela (5,7%).

3.4 Arrecadação de ICMS

Ao longo de 2025, a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Rio Grande do Sul apresentou forte oscilação. No primeiro semestre, houve crescimento de 9,9%, impulsionado, principalmente, pelo programa de renegociação Refaz Reconstrução I, lançado em março. Já no segundo semestre, a receita de ICMS recuou 12,8%, reflexo, em grande medida, da elevada base de comparação do terceiro trimestre de 2024 — período marcado pela forte expansão do consumo após as enchentes — e da menor entrada de recursos ligados ao programa de renegociação. No último trimestre do ano, o valor arrecadado totalizou R$ 14,067 bilhões. Mesmo com a incorporação de recursos do Refaz Reconstrução II, o valor foi, em termos reais, 0,2% inferior ao observado no mesmo período de 2024 (**Gráfico 3.6**).

Gráfico 3.6 - Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) no Rio Grande do Sul — 2024-25



Fonte: Secretaria da Fazenda do RS/Dados Abertos (Rio Grande do Sul, 2026a).
Nota: Valores constantes a preços de dez./2025, corrigidos pelo IPCA.

No acumulado do ano, a receita com o imposto atingiu R$ 54,582 bilhões a preços de dezembro de 2025, representando um aumento de R$ 548 milhões em termos absolutos e de 1% em termos relativos. Por atividade econômica, houve aumento da arrecadação em outros serviços (16,6%), comércio (4,3%) e outras indústrias (1,4%). Em contrapartida, registraram-se quedas na agropecuária (-4,5%), na indústria de transformação (- 2,1%) e em informação e comunicação (-6%).

Em termos nominais, o valor arrecadado totalizou R$ 53,827 bilhões, um acréscimo de R$ 3,066 bilhões em relação a 2024. Segundo a Secretaria da Fazenda, os programas Refaz Reconstrução I e II responderam por, aproximadamente, R$ 2 bilhões desse total. Assim, cerca de dois terços do aumento nominal decorreram dos programas de renegociação. Já em termos reais, a entrada desses recursos foi determinante para evitar que a arrecadação de 2025 ficasse abaixo da observada em 2024.

3.5 Perspectivas

Para 2026, a economia gaúcha apresenta perspectiva de crescimento do PIB superior ao registrado em 2025. Essa expectativa baseia-se, principalmente, na provável recuperação da agropecuária. Mesmo com a ocorrência do fenômeno La Niña, projeta-se uma forte recuperação da safra de verão, especialmente da soja, cuja produção foi negativamente afetada pela estiagem em 2025. De acordo com o mais recente prognóstico da safra de 2026, divulgado pelo IBGE em 15 de janeiro, estima-se que a produção de soja cresça 55,4%, e a de milho, 19,9%. Entre os principais grãos de verão, a única queda, de 7,6%, deve acontecer no arroz, cujos preços em baixa e o endividamento dos produtores contribuíram para a redução de 4% da área plantada. Historicamente, a retomada da agropecuária após períodos de estiagem tende a impulsionar o crescimento da economia estadual acima da média nacional.

Por outro lado, a indústria e os serviços devem enfrentar desafios relevantes, como a esperada desaceleração da economia brasileira e a persistência de elevada incerteza macroeconômica e geopolítica no cenário internacional.

PRINCIPAIS INDICADORES MENSAIS

Tabela A.1 - Principais indicadores econômicos do Rio Grande do Sul e do Brasil — jul.-dez./2025

(%)

DISCRIMINAÇÃO	JUL/25	AGO/25	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25
Indústria de transformação						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	1,6	3,6	5,5	-5,7	0,6	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	-2,7	1,0	10,9	1,9	0,9	-
Acumulado em 12 meses	1,1	1,7	2,4	2,3	2,3	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	-0,1	0,6	0,0	-0,3	0,2	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	-0,9	-1,7	1,4	-2,2	-2,2	-
Acumulado em 12 meses	2,1	1,7	1,5	0,6	0,2	-
Comércio varejista ampliado						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	1,0	2,2	3,1	-2,5	0,9	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	-3,7	-3,3	4,9	-2,7	-3,4	-
Acumulado em 12 meses	6,8	5,7	5,3	3,6	2,1	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	2,0	0,9	0,3	1,0	0,7	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	-2,4	-2,1	1,1	-0,3	-0,3	-
Acumulado em 12 meses	1,2	0,7	0,7	0,0	-0,2	-
Serviços						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,4	2,1	3,0	-2,5	0,5	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	1,9	2,8	5,7	-3,5	-1,2	-
Acumulado em 12 meses	-8,3	-6,8	-5,5	-5,4	-4,9	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,3	0,2	0,7	0,4	-0,1	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	2,8	2,4	4,2	2,1	2,5	-
Acumulado em 12 meses	3,0	3,0	3,1	2,7	2,7	-
Preços						
IPCA-Região Metropolitana de Porto Alegre						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,41	-0,40	0,50	0,33	0,09	0,63
Acumulado em 12 meses	4,90	4,29	4,41	4,59	4,66	4,79
IPCA-Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,26	-0,11	0,48	0,09	0,18	0,33
Acumulado em 12 meses	5,23	5,13	5,17	4,68	4,46	4,26

Fonte dos dados brutos: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (IBGE, 2026a).
Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física (PIM-PF) (IBGE, 2026c).
Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) (IBGE, 2026d).
Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS) (IBGE, 2026e).

REFERÊNCIAS

AHIR, H.; BLOOM, N.; FURCERI, D. **World Uncertainty Index**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2022. (NBER Working Paper n. 29.763). Disponível em: https://doi.org/10.3386/w29763. Acesso em: 6 jan. 2026.

BCB. **Atas do Comitê de Política Monetária**. Brasília, DF: BCB, 2025a. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/copom/atascopom/Copom275-not20251210275.pdf. Acesso em: 15 jan. 2026.

BCB. **Estatísticas.** Brasília, DF: BCB, 2026a. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estatisticas. Acesso em: 14 jan. 2026.

BCB. **Focus –** Relatório de Mercado. Brasília, DF: BCB, 2026b. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20260109.pdf. Acesso em: 16 jan. 2026.

BCB. **Meta para a taxa Selic.** Brasília, DF: BCB, 2026c. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estatisticas/detalhamentoGrafico/graficosestatisticas/metaselic. Acesso em: 13 jan. 2026.

BCB. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. Dados Abertos. Brasília: Banco Central do Brasil, 2026d. Disponível em: https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/29265-sgs. Acesso em: 15 jan. 2026.

BCB. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais** – v. 2.1. Brasília, DF: BCB, 2026e. Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries. Acesso em: 13 jan. 2026.

BEA. **Gross Domestic Product, 2nd quarter 2025 (third estimate), GDP by industry, corporate profits (revised), and annual update**. Washington, D.C.: Bureau of Economic Analysis, 23 dez. 2025. Disponível em: https://www.bea.gov/sites/default/files/2025-12/gdp3q25-ini.pdf. Acesso em: 9 jan. 2026.

BEA. **Gross Domestic Product, U.S. international trade in goods and services, October 2025**. Washington, D.C.: Bureau of Economic Analysis, 8 jan. 2026. Disponível em: https://www.bea.gov/sites/default/files/2026-01/trad1025.pdf. Acesso em: 8 jan. 2026.

BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 7, n. 3, 2025. Disponível em: https://dee.rs.gov.br/boletim-conjuntura. Acesso em: 15 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais. **Comex Stat**. Brasília, DF: Ministério da Economia, 2026a. Disponível em: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home. Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Painel de informações do Novo Caged**: novembro 2025. Brasília, DF: Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, 2026b. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWI5NWI0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9. Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Boletim Resultado do Tesouro Nacional**. Brasília, DF: STN, v. 31, n. 11, novembro, 2025. Disponível em: https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao/53502. Acesso em: 12 jan. 2026.

CALDARA, D.; IACOVIELLO, M.; MOLLIGO, P.; PRESTIPINO, A.; RAFFO, A. The economic effects of trade policy uncertainty. **Journal of Monetary Economics**, v. 109, p. 38-59, 2020. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0304393219302004. Acesso em: 6 jan. 2026.

CPB NETHERLANDS BUREAU FOR ECONOMIC POLICY ANALYSIS. **CPB world trade monitor**. Haia: CPB, dez. 2025. Disponível em: https://www.cpb.nl/en. Acesso em: 6 jan. 2026.

DAVIS, S. J. **An index of global economic policy uncertainty**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2016. (NBER Working Paper n. 22.740). Disponível em: https://www.nber.org/papers/w22740. Acesso em: 6 jan. 2026.

EMATER/RS. **Cotações agropecuárias**. Porto Alegre: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul, 2026. Disponível em: https://www.emater.tche.br/site/info-agro/precos_semanais.php. Acesso em: 14 jan. 2026.

EUROSTAT. **GDP main aggregates and employment estimates for the third quarter of 2025**. Euro indicators, 5 dez. 2025. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-euro-indicators/w/2-05122025-ap. Acesso em: 9 jan. 2025.

FEDERAL RESERVE BANK OF ST. LOUIS. **Federal Reserve Economic Data (FRED)**: Table 1.1.2. Contributions to Percent Change in Real Gross Domestic Product: Quarterly. St. Louis: Federal Reserve Bank of St. Louis, 2025. Disponível em: https://fred.stlouisfed.org/release/tables?rid=53&eid=12914&utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 9 jan. 2026

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Rio de Janeiro: IBGE, 2026a. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060. Acesso em: 12 jan. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Rio de Janeiro: IBGE, 2026b. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/lspa/tabelas. Acesso em: 15 jan. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 2026c. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pim-pf-regional/tabelas. Acesso em: 15 jan. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Mensal de Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, 2026d. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pmc/tabelas. Acesso em: 15 jan. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Mensal de Serviços. Rio de Janeiro: IBGE, 2026e. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pms/tabelas. Acesso em: 15 jan. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua — Divulgação Trimestral — 3.º trimestre de 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025a. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil. Acesso em: 15 jan. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais — referência 2010 — 3.º trimestre 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025b. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/home/cnt/brasil. Acesso em: 15 jan. 2026.

IMF. **World Economic Outlook update**: Global Economy: Steady amid Divergent Forces. Washington, DC: International Monetary Fund, jan. 2026. Disponível em: https://www.imf.org/-/media/files/publications/weo/2026/january/english/text.pdf. Acesso em: 20 jan. 2026.

INDEC. **Informe de avance del nivel de actividad**. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos, dez 2025a. Disponível em: https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/pib_12_251FCC242DDE.pdf. Acesso em: 8 jan. 2026.

INDEC. **Utilización de la capacidad instalada en la industria, nivel general y bloques sectoriales**. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos, dez. 2025b. Disponível em: https://www.indec.gob.ar/indec/web/Nivel4-Tema-3-6-15 . Acesso em: 8 jan. 2026.

LEÃES, R. F. **Estatísticas das exportações do Rio Grande do Sul** — janeiro a setembro de 2025. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2025. (Nota Técnica n. 119). Disponível em: https://admin.dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202511/06173300-nt-dee-119-estatisticas-das-exportacoes-do-rsl-jan-a-set-de-2025-final.pdf. Acesso em: 9 jan. 2026.

OECD. **OECD Economic Outlook**, Volume 2025 Issue 2: Resilient growth but increasing fragilities. Paris: OECD Publishing, dez. 2025. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2025/12/oecd-economic-outlook-volume-2025-issue-2_413f7d0a/9f653ca1-en.pdf. Acesso em: 9 jan. 2026.

OECD. **Quarterly GDP**. 2026. Disponível em: https://stats.oecd.org/. Acesso em: 5 jan. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. **Receita dados**. Porto Alegre: Sefaz, 2026a. Disponível em: http://receitadados.fazenda.rs.gov.br/paineis/arrecadacao/. Acesso em: 15 jan. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PIB RS trimestral**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2026b. Disponível em: https://dee.rs.gov.br/pib-trimestral. Acesso em: 15 jan. 2026.

SANTOS, C. H. M. dos; AMITRANO, C. R.; MORA Y ARAUJO, M. Visão Geral da Conjuntura. **Carta de Conjuntura** (IPEA), Brasília, DF, n. 69, nota 22, 4.° trim. 2025. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2025/12/251218_cc_69_nota_22_visao_geral_da_conjuntura.pdf. Acesso em: 15 jan. 2026.

WORLD BANK. **World Bank Group's commodity price forecast**. Washington, DC: World Bank, out. 2025. Disponível em: https://thedocs.worldbank.org/en/doc/55ed8b04df8228fea1607a97b5561f73-0050012025/related/CMO-October-2025-Forecasts.pdf. Acesso em: 8 jan. 2026.

WORLD BANK. **World Bank commodity price data**. Washington, DC: World Bank, jan. 2026. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/research/commodity-markets. Acesso em: 8 jan. 2026.

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL